



POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: A HISTÓRIA E EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO.

MARTHA ABRAHÃO SAAD LUCCHESI

No Brasil, somente nos séculos XVIII e XIX, surgem as primeiras tentativas de criação do ensino superior. Assim, o histórico da universidade brasileira, com aproximadamente 85 anos, é mais curto em relação aos países da Europa, ou ainda, outros da América Latina e, apesar disso, deu importante contribuição ao nosso desenvolvimento. Neste contexto, o surgimento dos Institutos Municipais de Ensino Superior do Estado de São Paulo se dá, a partir da década de 1950, por iniciativa dos poderes locais, e não do poder estadual. Pode-se entender que a necessidade de oferta de ensino superior para os jovens do interior de São Paulo tenha levado o poder municipal a criá-lo. Esta pesquisa é um estudo quantitativo e qualitativo sobre história das instituições municipais de ensino superior (IMES) do Estado de São Paulo. Os dados foram obtidos dos órgãos oficiais da educação brasileira, do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEESP) e das instituições pesquisadas, que comparados constituem-se em informações inéditas. Apresenta-se, ainda, uma análise qualitativa acerca da relação entre a política brasileira e a história dessas instituições. Evidenciou-se o desenvolvimento tardio da educação superior brasileira e que as IMES contribuíram para a expansão, interiorização e regionalização do ensino superior.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Ensino superior História da educação. Instituições Municipais de Ensino Superior (IMES). Legislação.

INTRODUÇÃO

O final do século XVIII, período de surgimento da ciência moderna, marcou a grande transformação do ensino superior nos principais centros europeus: Inglaterra, França e Alemanha. O modelo alemão, que reunia ensino e pesquisa científica, predominou no século XIX, influenciou o sistema de ensino superior norte-americano e predominou no século XX nas universidades. (SCHWARTZMAN, 1979, p. 34) Entretanto, ainda segundo o autor, o Brasil não teve sucesso em desenvolver precocemente a ciência, tampouco o ensino universitário.

Até 1930, o ensino superior brasileiro não incluía universidades, apesar de haver duas, já criadas, mas ainda não institucionalizadas: a do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais¹. A primeira universidade brasileira a ser efetivamente institucionalizada foi a Universidade de São Paulo, fundada em 25 de janeiro de 1934, integrando Faculdades autônomas já existentes e criando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, consoante Schwartzman:

enquanto marco histórico para a ciência no Brasil, nasceu da efervescência cultural e ideológica da década de 20. E se nutriu do esforço de renovação pedagógica em que se empenharam pessoas como Fernando Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Cassanta e muitos outros. (1979, p. 191)

Castilho (2009, p. 132) lembra que, nas décadas 1950 e 1960, as universidades brasileiras tinham características arcaicas e elitistas. A Universidade de Brasília (UNB), criada em 1960, implantou um novo modelo de ensino superior, multifuncional e departamental, elaborado por educadores progressistas, como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro e a primeira legislação referente à universidade brasileira surgiu, em 1931, na era Vargas, a chamada Reforma Francisco Campos, que procurou conciliar as tendências relativas ao ensino superior da época: as elites conservadoras e os liberais, permitindo a abertura de escolas de Ensino Superior isoladas, inclusive de cunho privado, desde que supervisionadas pelo Estado.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (USP), ainda na primeira metade do século, a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, a Sedes Sapientiae e outras, nas décadas de 1930 e 1940, buscaram transformar e modernizar o ensino brasileiro. Não apenas o ensino superior, já que muitas delas se destinavam à formação de professores para o curso secundário,

mas, de modo mais amplo, pretendiam diminuir o atraso cultural e educacional do País. (LUCCHESI, 2002, p.97)

A lei 161, de 1948, possibilitou o surgimento de mais cursos superiores no interior de São Paulo, como as Faculdades de Medicina de Ribeirão Preto, Farmácia e Odontologia de Bauru e Engenharia de São Carlos, criadas pela USP, mas funcionando de forma isolada, o que gerou certa resistência por parte da Universidade de São Paulo à criação de novas Faculdades.

A rede de institutos isolados no interior de São Paulo criados pela USP expandiu-se, a partir de 1946, quando o País voltara à democracia, depois da queda de Getúlio Vargas, como uma resposta às pressões, principalmente dos polos ligados ao desenvolvimento urbano, agrícola e industrial.

Em 1947, a Constituição do Estado de São Paulo definiu a criação de cursos superiores noturnos gratuitos e a Lei Estadual nº 161, de 24/09/1948, regulamentou sua criação no interior do Estado, o que, entretanto, demoraria quase uma década para se concretizar.

Neste contexto histórico, o surgimento dos Institutos Municipais de Ensino Superior do Estado de São Pauloⁱⁱ se dá, a partir da década de 1950, por iniciativa dos poderes locais, e não do poder estadual. Pode-se entender que a carência de oferta de ensino superior para os jovens do interior de São Paulo tenha levado o poder municipal a perceber a urgência de criá-lo. Portanto, o objetivo deste trabalho é estudar o surgimento das instituições municipais de ensino superior do Estado de São Paulo, ao longo da segunda metade do século XX.

Este é o recorte da pesquisa mais ampla e pretende retratar a história da criação das IMES no Estado de São Paulo. Os dados foram coletados de fontes publicadas pelas próprias instituições e pelos órgãos públicos responsáveis pela educação, tanto em nível nacional como estadual. O método de procedimento é o método histórico, que para MARCONI e LAKATOS(1991), "(...) consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época."

Esta investigação histórica busca compreender quais as condições sociais e legais que proporcionaram o surgimento e expansão das Instituições Municipais de Ensino Superior no Estado de São Paulo.

A análise teórica foi elaborada com base Schwartzman (1979), Durham (2005), Castilho (2009) e outros para o período histórico, delineiam-se ainda, o contexto e as

consequências da criação das IMES para a expansão e interiorização do ensino superior no Estado de São Paulo.

Ressalte-se que, a ampliação do sistema universitário foi consequência da demanda gerada pelas transformações “da estrutura produtiva da sociedade, com a diminuição dos setores primário e secundário da economia e a ampliação do terciário” (DURHAM, 2002, p.5), pois, nas décadas de 1950 e 1960, houve grande expansão da atividade industrial no Estado de São Paulo, privilegiado pelo Plano de Metas de 1956, implantado pelo presidente Juscelino Kubitschek, quando a indústria paulista respondia por 52% da indústria nacional. (DURHAM, 2002, p.35). Esse tipo de trabalho, não manual, exigia maior escolaridade, possibilitando a formação e ascensão das classes médias urbanas.

A década de 1960 (início do período militar e os antecedentes históricos)

A expansão do ensino superior estava diretamente ligada às questões do ensino médio ou secundário. A necessidade de formar professores para atuarem nos ginásios e nos colégios levou à necessidade de formar professores de nível universitário, sendo, por consequência, necessária a criação de vagas em faculdades e universidades (CASTILHO, 2009, p.37).

Esta parece ter sido a grande motivação do surgimento das IMES. Em um primeiro momento, o Estado supriu a necessidade de ensino superior no interior do Estado de São Paulo, criando institutos estaduais. Alguns Institutos Isolados de Ensino Superior criados na década de 1950 foram incorporados pela UNESP na sua criação.

Logo depois, as Prefeituras começam a assumir essa tarefa, iniciando o crescimento das instituições isoladas de ensino superior no interior do Estado de São Paulo, embora já existissem algumas nos anos antecedentes: Franca (municipal), Marília (estadual) e Assis (estadual).

A maior parte dos Institutos Isolados de Ensino Superior mantidos pelo Estado são anteriores à Lei nº 4.024/61, que fixou as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, que impôs uma estrutura tradicionalista para as suas instituições. Cabia ao Conselho Federal de Educação, constituído junto ao Ministério da Educação, fixar currículos e autorizar novos cursos em instituições federais e privadas, o que resultou em pressões por parte do setor privado. (DURHAM, 2003, p. 9)

Constata-se que os institutos isolados foram criados para serem posteriormente integrados às universidades estaduais. Segundo Dias (2004), a Câmara

do Ensino Superior, do CEE/SP, em 1963, teria feito estudos, visando integrar os institutos municipais de ensino superior às Universidades Regionais. Ao Serviço dos Institutos Isolados do Ensino Superior cabia produzir e controlar os documentos referentes a essas instituições, a fim de orientar as políticas de ensino superior para o Estado de São Paulo, o que veio a resultar, dez anos depois, na criação da UNESP, cujos *campi* se espalham por todo o território estadual.

A UNESP, criada em 1976, resultou da incorporação dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, então unidades universitárias situadas em diferentes pontos do interior paulista. Abrangendo diversas áreas do conhecimento, tais unidades haviam sido criadas, em sua maior parte, em fins dos anos 50 e inícios dos anos 60. Entre essas escolas que vieram compor a UNESP, pode-se observar, de um lado uma certa identidade. Um grupo bastante expressivo, formado por sete unidades universitárias, num conjunto de 14, ocupando amplo espaço, constituído pelas chamadas Faculdades de Filosofia, voltadas preferencialmente para a formação de professores que deveriam compor os quadros das escolas secundárias do Estado. Desse conjunto fizeram parte a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, a de Araraquara, de Franca, de Marília, de Rio Claro e de São José do Rio Preto.(UNESP,2009)ⁱⁱⁱ

O surgimento dos Institutos Municipais de Ensino Superior do Estado de São Paulo se dá no mesmo período, ou seja, a partir da década de 1950, por iniciativa dos poderes locais, e não do poder estadual. Pode-se entender que a ausência de oferta de ensino superior para os jovens do interior de São Paulo tenha levado dois poderes diferentes a perceberem a urgência de criá-los. A expansão do ensino superior brasileiro articula-se pelo esforço de modernização, iniciado no governo JK. O governo militar deu continuidade a essa política desenvolvimentista. A necessidade do desenvolvimento e a pressão da classe média, que apoiara o regime, por aumento de vagas em busca de *status* social trouxeram o debate sobre a função do ensino universitário: formação de mão de obra qualificada ou criação de uma massa crítica.

Alguns países da América Latina, entre os quais o Brasil, passaram por longo período de regimes autoritários, geralmente de cunho militar. Esse contexto não poderia contribuir para o desenvolvimento da autonomia universitária e do pensamento acadêmico. Apesar disso, nesse período, no Brasil, aumentou o número de universidades e faculdades independentes, públicas e privadas. (LUCCHESI, 2002, p. 63)

O fato é que as necessidades sociais determinavam o surgimento de novos cursos e instituições, tanto públicas como privadas, pois, ainda nos dias atuais “o Brasil apresenta a situação crítica com relação...[na América Latina].... à proporção de jovens que atingem o ensino superior.”(LUCCHESI, 2007,p.527)

A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS ISOLADOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR.

As mudanças na legislação possibilitaram a criação de institutos isolados de ensino superior, a partir do início da década de 1950. De acordo com DURHAM; SAMPAIO:

No que se refere à distribuição regional dos estabelecimentos de ensino superior, verifica-se que a opção do ensino superior público foi tradicionalmente, mas, sobretudo, durante o período de expansão, a de instalar-se em regiões geográficas menos favoráveis ao financiamento privado de ensino superior, o que, de algum modo, promovia uma maior equidade de acesso ao sistema (1995, p. 9).

O aumento de demanda por ensino superior está associado ao crescimento da classe média e a novas oportunidades de trabalho no setor mais moderno da economia [...] o setor público precisaria criar não apenas outros tipos de cursos, mas outros tipos de instituição. (DURHAM, 2005, p. 210).

De acordo com Castilho, o surgimento dos institutos isolados de ensino superior do Estado de São Paulo, ligados ao poder estadual, inicia-se em 1957 com a criação da Faculdade de Marília. A interiorização da expansão do ensino superior paulista, no final dos anos 1950, passa pela articulação dos interesses dos municípios, ou seja, as elites e os políticos locais. “Os deputados pressionavam o governo estadual pela instalação de ginásios e Faculdades em suas regiões. Desde a criação da USP, escolas isoladas de ensino superior integraram-se a ela ou tiveram a sua supervisão. Muitos desses institutos superiores eram profissionalizantes, como a escola superior de Farmácia e Odontologia de Araraquara, criada em 1923 e estadualizada em 1951, transformando-se em Instituto Isolado de Ensino Superior, nos moldes da Lei nº 161/68, e incorporada pela USP, pela Lei nº 1.390.”(2009, p.47)

Em 1954 foram criados como institutos isolados as Faculdades de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos e de Araçatuba.

Em 27 de janeiro de 1957, a lei n. 3781 criou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, tendo sido nomeado como seu primeiro diretor pelo governador Jânio Quadros, o prof. dr. José Querino Ribeiro,^{iv} que, embora não tenha tomado posse, implantou a referida Faculdade, no período de 4 de julho de 1957 a 26 de abril de 1958. Por razões políticas e contra o desejo da população de Marília, foi substituído pelo dr. Michel Pedro Sawaya, docente livre da cadeira de Zoologia, lotado na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, que nomeou, em 28/06/1958, a profa. Josefina Chaia, mariliense, para o cargo de Técnico de Administração da Faculdade. .(CASTILHO, 2009, p.47)

A USP oferecia aos Institutos Isolados do Estado um modelo de excelência, característico da sua FFCL. Os primeiros professores desses institutos de lá procediam e

traziam uma formação e postura científica inspiradas nesses padrões. Muitos Institutos Isolados procuraram a renovação, embora a USP fosse o único modelo. O primeiro diretor da Faculdade de Marília, prof. dr. José Querino Ribeiro, oriundo da USP, criticava o excesso de burocracia, pois desejava concentrar seus esforços na direção de um ensino de qualidade, que, em seu entender, era muito necessário. Pediu biblioteca e equipamentos e propôs a contratação de professores estrangeiros para assegurar o alto nível do ensino, tendo em vista a carência de professores brasileiros que atendessem às necessidades de uma renovação pedagógica. (CASTILHO, 2009, p.103)

Em visita à Câmara Municipal de Marília, em 19 de dezembro de 1957, o Dr. José Quirino Ribeiro, diretor da Faculdade de Filosofia, anunciou a sua instalação em 1959 em virtude das exigências burocráticas: legalização da Escola sujeita à Diretoria de Ensino Superior, Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação, Presidência da República e publicação em Diário Oficial da União, como também da verba de dez milhões, pagável em duas parcelas pelo governo estadual para compra de material. Explicitou o Dr. Quirino, nesta mesma visita, que as seções de funcionamento estariam assim distribuídas: o primeiro ano teria as seções de Filosofia, História, Pedagogia e Ciências Sociais; o segundo ano teria o acréscimo de Psicologia; o terceiro ano, o acréscimo de Geografia e o quarto ano, uma série única de Didática. (CASTILHO, 2009, p.89)

Antes da instalação do CEE/SP os institutos isolados careciam de uma administração coordenada em âmbito estadual. Pensou-se em criar universidades regionais que os integrassem, mas a Câmara do Ensino Superior do CEE, criada em 1963 supriu essa necessidade. O conjunto de documentos produzidos por esse conselho serviu para orientar o ensino superior uma década à frente, resultando na criação da UNESP. (CASTILHO, 2009, p.89)

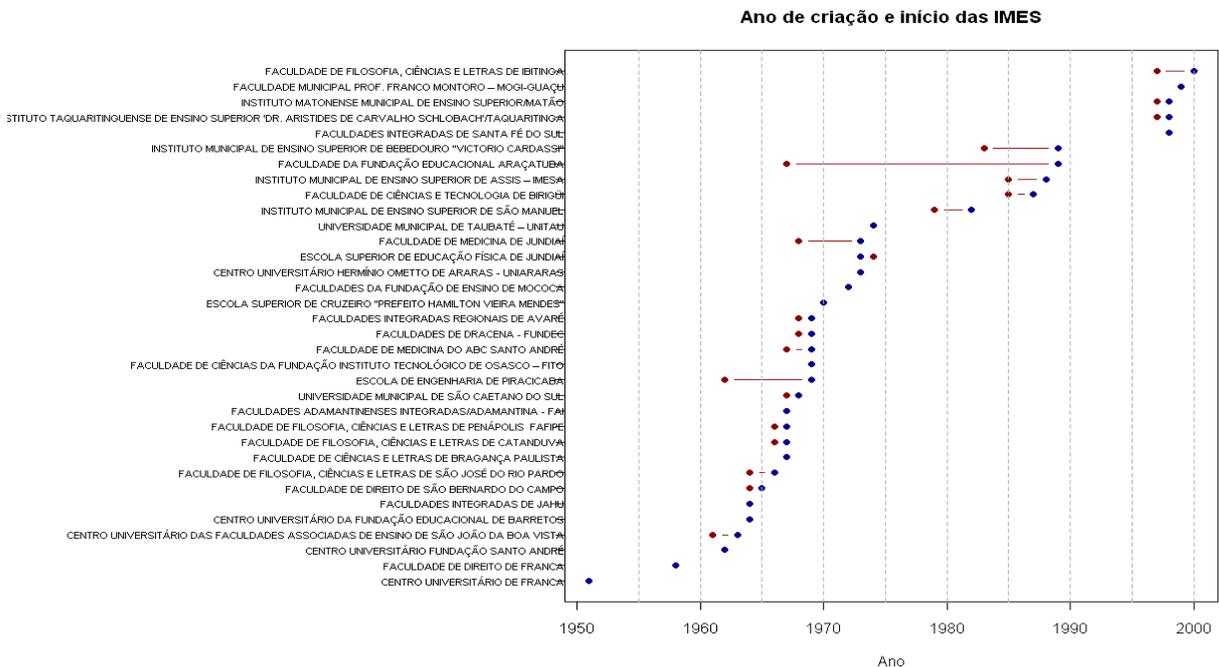
A CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS DE ENSINO SUPERIOR

As IMES se expandem mais acentuadamente entre 1964 e 1968, quando o governo militar procura atender a reivindicação da classe média por acesso ao curso superior e as IMES, disseminadas pelo interior do Estado de São Paulo, representavam mais um elemento favorável para a interiorização do desenvolvimento, uma das metas governamentais. As IMES desenharam uma nova geografia para o ensino superior, ao contribuírem para o processo de interiorização, especialmente e precocemente no Estado de São Paulo. As fronteiras que restringiam as IES às Capitais dos Estados foram deslocadas pela iniciativa dos municípios que as fundaram.

Na metade do século XX, embora o interior do Estado estivesse em desenvolvimento, não possuía meios para

oferecer ensino superior a seus jovens. Nesta época, houve também uma grande expansão do ensino superior brasileiro como um todo, e surgiram as instituições municipais de ensino superior do Estado de São Paulo. (LUCCHESI, 2010, p.3)

A história das IMES mostra grande disparidade entre a data de sua criação e início de funcionamento, como aponta o Gráfico 1. Os dados de 2006 apontam 35 IMES,^v conforme nomeadas no gráfico abaixo:



Fonte: Conselho Estadual de Educação de São Paulo e sites das instituições.(elaborado pela autora)

A demora de autorização para os cursos provocava lacunas entre o ano de criação e o início de funcionamento das IMES.

As Faculdades criadas na década de 1950, antes da criação do Conselho Estadual de Educação, foram autorizadas a funcionar por Decreto Federal. São faculdades isoladas, a ponto de surgirem duas na mesma cidade, destinando-se à formação de quadros qualificados para a indústria, com exceção da Faculdade de Direito de Franca, curso tradicionalmente portador de *status* social.

As IMES, embora tenham começado a existir na segunda metade do século XX, refletem a tendência de institutos isolados de ensino superior

Ano de início	História da Criação das primeiras IMES no Estado de São Paulo.	Atos legais
1951 ^{vi}	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA	Decreto Federal nº 29.377/51 Transformada /Autarquia Municipal, com base nas Leis Municipais 1.143/63 e 1.452/66
1953 ^{vii}	FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS DE SANTO ANDRÉ	Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FAECO), Decreto Federal nº 35.540 20 de maio de 1954 (Lei Municipal nº 1.840/62/FSA) Decreto 41.462, em 7 de maio de 1957
1956 ^{viii}	FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE TAUBATÉ	LEI MUNICIPAL nº 1948/56 ^{ix}
1958	FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA	Decreto 41.462, em 7 de maio de 1957 Decreto Federal 43290, 28/02/1958

Fonte: CEE/SP e sítios das IMES.(elaborado pela autora)

Os trechos extraídos dos históricos das instituições, transcritos abaixo, demonstram o início destas primeiras instituições, algumas de caráter privado e subsequentemente, transformadas em autarquias municipais, após a legalização deste estatuto jurídico na década de 1960. As autarquias são criadas por lei, como muitas IMES do Estado de São Paulo. Possuem personalidade jurídica própria, capacidade de autoadministração e são especializadas em seus fins e atividades, sendo essa atividade, o ensino superior, no caso das instituições municipais enfocadas neste estudo, sujeitas a controle ou tutela do Estado para que não se desviem de seus objetivos.

“A Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Franca foi autorizada pelo Conselho Nacional de Educação para funcionamento da Faculdade em 21 de abril de 1951. Em 1966, na administração do Prefeito dr. Flávio Rocha, foi transformada em Autarquia Municipal, com base nas Leis nº 1.143/63 e 1.452/66, oportunidade em que se concedeu a mais ampla autonomia administrativa, financeira, didático-pedagógica para que pudesse alcançar seus fins, Ensino Superior no Município.” (UNI-FACEF, 2010)

“A Fundação Santo André, instituição de caráter público e de direito privado, foi criada em 1962, por meio da [Lei Municipal nº 1.840](#), da Prefeitura de Santo André. Sua finalidade era manter a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FAECO), também originada pelo Poder Público Municipal, em 1953. A FAECO foi a primeira escola de ensino superior da região do Grande ABC e teve suas atividades iniciadas nas instalações da Escola Técnica Júlio de Mesquita. Em 1966, a Prefeitura autorizou a instalação da segunda unidade a ser mantida pela Fundação: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIL)” (FSA,2009)

“A história do Departamento de Pedagogia remonta à origem da própria Universidade de Taubaté. Como resultado da mobilização da sociedade taubateana pela

criação do ensino superior no município, foi assinado, pelo então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, o Decreto 41.462, em 7 de maio de 1957, autorizando a instalação dos cursos de Pedagogia, História, Letras Neolatinas e Anglo-Germânicas. Esses cursos seriam o berço da futura Universidade. O curso de Direito, autorizado a funcionar pelo Decreto Federal nº 167 45,268/59. e reconhecido pelo Decreto Federal nº 1.947, de 21 de dezembro de 1962, foi integrado à Universidade de Taubaté em 1976.”(UNITAU,2009)

A primeira universidade municipal, a Universidade de Taubaté – UNITAU – completou, em 2009, 35 anos, como universidade, tendo sido “oficializada pelo MEC em 6 de dezembro de 1974, criada por Lei Municipal em 1948, a partir da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Taubaté, em 1956.”^x

“Criada pela lei municipal nº 653, de 8 de agosto de 1957, sancionada pelo Prefeito Onofre Sebastião Gosuen, a Faculdade de Direito de Franca, depois de obter autorização do Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira para funcionamento (decreto nº 43.290, de 28.2.1958), foi oficialmente instalada em 28 de março de 1958. Foi reconhecida pelo Decreto Federal 50.126 de 26 de janeiro de 1961. Em 20 de setembro de 1966 transformada em autarquia municipal (lei nº 1.441).(Faculdade de Direito de Franca,2010)^{xi}

Castilho (2009, p.36) ressalta a relação entre desenvolvimento e surgimento das Faculdades no interior de São Paulo. A expansão da malha ferroviária em todas as direções do Estado de São Paulo diversifica seu crescimento. As cidades que se tornaram centros regionais de desenvolvimento foram escolhidas para receber os institutos isolados de ensino superior.

No Estado de São Paulo, a interiorização das IMES efetivou-se em regiões onde não havia ensino superior privado. Ainda hoje, de todas as IMES no Estado, apenas duas estão na Grande São Paulo, contribuindo todas significativamente para a interiorização do ensino superior. As IMES impediram a saída constante de jovens da localidade, que, na maioria das vezes, permaneciam na cidade onde estudavam.

Os candidatos que não conseguiam vagas nas Faculdades da Capital buscavam uma IMES no interior, lá permanecendo durante todo o curso. Em alguns casos, raros, obtinham transferência para a capital. Assim, as cidades auferiam ganho econômico e cultural e prestígio social, acolhendo os jovens de fora e da elite local, cujas famílias, em muitos casos, davam suporte à mantenedora da IMES.

Nos anos 60, um surto de desenvolvimento transformou o interior do Estado em uma das mais ricas e desenvolvidas regiões do País, um ambiente adequado para a expansão de IMES.

Cada IMES seguiu um caminho próprio, que se inseriu na história do País, do Estado e de cada município, orientando-se na esfera municipal, pela história da universidade e do ensino superior no contexto brasileiro.

Os municípios têm sido uma das instituições locais mais solicitadas a trabalhar no campo educativo quer como interventor autônomo quer como parceiro do Estado ou de instituições particulares. Indicadores desse fenômeno são tanto as referências legais como as solicitações locais à sua intervenção. (FERNANDES, 1999, p.1)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até 1961, as instituições municipais de ensino superior, assim como as demais, as federais e estaduais eram criadas por decreto federal, através do poder central brasileiro. A partir da aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 4024/61, que em seu art. 21, § 1º ofereceu, pela primeira vez em um texto legal, a possibilidade de criação das Instituições Municipais de Ensino Superior- IMES como fundações “escolas públicas, mantidas por fundações de apoio cujo patrimônio e dotações sejam provenientes do Poder Público”.

Nos anos 60, o interior do Estado de São Paulo transformava-se uma das mais ricas e desenvolvidas regiões do País, vindo logo após a capital do Estado, de modo que se constituiu um ambiente adequado para a proliferação de Instituições Municipais de Ensino Superior. Estas foram caracterizadas como Públicas quando de sua fundação, uma vez que em sua gênese foram criadas por lei municipal em forma de: autarquia, fundações de direito público ou privado. Os parâmetros que categorizam se uma IES é pública ou privada não podem ser meras interpretações conceituais, pois a única forma de fazê-lo é através da fundamentação legal, postulada pelo ordenamento jurídico.

As IMES continuam sob a administração municipal, constituindo uma resposta às demandas, necessidades e interesses locais, o que lhes imputa uma estreita relação e compromisso com a cidade em que foram instaladas. Seu grande mérito foi contribuir para a interiorização e regionalização do ensino superior no início de sua história.

ⁱ Criação da Universidade de Minas Gerais (UMG), em 7 de setembro de 1927. A pioneira foi a Universidade do Rio de Janeiro (depois, chamada de Universidade do Brasil e, hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro), criada às pressas, em 1920, para a concessão do título de *Doutor Honoris Causa* ao rei da Bélgica, Alberto I, que visitava o País. No entanto, ela só começou a funcionar, de fato, em 1937. In: UFMG 80 Anos. Diversa.Revista da UFMG.Ano 5 - n.11 -Maio de 2007. Disponível em <http://www.ufmg.br/diversa/11/fundacao.html> acesso 19/08/09.

ⁱⁱ IMES neste trabalho engloba todas as Instituições criadas ou transformadas por lei municipal, independente da categoria jurídica, supervisionadas pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo.

ⁱⁱⁱ História da criação da UNESP: disponível em: <http://www.unesp.br/apresentacao/historico.php> acesso: 25/09/2009.

^{iv} José Querino Ribeiro, primeiro diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, de 08 de julho a 31 de Dezembro de 1957, e, posteriormente, de 1965 a 1970, quando teve como sua vice a Prof.ª Dr.ª Olga Pantaleão (FUJITA, 1999), foi autor do minucioso relatório sobre as primeiras atividades de instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências, transcrito nos *Anais*(1969), pelo Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho.(CASTRO,R.M.,ano.p.10)

^v É preciso ressaltar que a Faculdade de Engenharia Química de Lorena foi incorporada pela USP em 2006. Desse modo, embora ainda faça parte do sistema estadual de ensino superior, não deverá mais constar entre as IMES.

^{vi} Sítio FACEF. Disponível em: < <http://www.facef.br> > acesso em 20/04/2009.

^{vii} Sítio FSA. Disponível em: < <http://www.fsa.br> > acesso em: 20/04/2009.

^{viii} Sítio UNITAU. Disponível em: <http://www.unitau.br/universidade/catalogo-geral/catalogo2008.pdf> > acesso 20/04/2009.

^{ix} Informação da Reitoria da UNITAU em abril de 2008

^x Informação da Reitoria da UNITAU em abril de 2008. Em 3 de setembro de 1973, por força da Lei Municipal no. 1.416, as antigas Faculdades foram reunidas, constituindo a Federação das Faculdades de Taubaté, evoluindo, em 1974, para a Universidade de Taubaté, instalada em 2 de janeiro de 1976. Hoje, a Universidade de Taubate oferece 40 cursos de graduação, cursos de pós-graduação stricto e lato sensu e de extensão universitária. Portal da UNITAU. Disponível em: <http://www.unitau.br/>

^{xi} <http://www.direitofranca.br/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTILHO, Myrian Lucia Ruiz. **Memória e História da Formação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (1957 – 1976)**. 2009, 256 folhas. Tese (Doutorado em Educação, com Área de Concentração em Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira). Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília, 2009.

CASTRO, Rosane Michelli. **O papel estratégico das revistas departamentais na organização das atividades acadêmico-científicas da faculdade de filosofia, ciências e letras de Marília/SP. (1959-1975)**. in: [Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação - FACED](#), Uberlândia, 2006. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/columhe06/anais/arquivos/315RosaneMichelleCastro.pdf> acesso 10/08/2010.

DIAS, M. R. T. **Desafios da gestão universitária: A UNESP – Universidade Estadual Paulista e a interiorização do ensino superior**. 2004. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

DURHAM, E. R. **Revista Educação Pública**. Reflexão e interação de educadores : in **Manuella Soares** Discutir o ensino de graduação com um olhar inovador <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0220.html> acesso 20/06/2010

DURHAM, E. R. Educação superior, pública e privada. In: SCHWARTZMAN, S.; BROOCK, C. (orgs.). **Os desafios da educação no Brasil**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2005, v. , p. 191-233.

_____. Educação superior, pública e privada. In: SCHWARTZMAN, S.; BROOCK, C. (orgs.). **Os desafios da educação no Brasil**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2005, v. , p. 191-233.

_____. **O ensino superior no Brasil: o público e o privado**. São Paulo: NUPES, USP, 2003. Documento de trabalho 03/2003.

_____. **A universidade e o ensino**. São Paulo: NUPES, USP, 2002. (Documento de

Trabalho 01/2002).

DURHAM, E. R; SAMPAIO, Helena. **O setor privado de ensino superior na América Latina** Cadernos de Pesquisa no.110 São Paulo Julho, 2000.

FERNANDES, António Sousa. Descentralização educativa e intervenção municipal. **Noesis**,n.50, abr/jun 1999, dossier. Disponível em:
<http://www.dgide.minedu.pt/innovbasic/edicoes/noe/noe50/dossier2.htm>acesso16/06/2009

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LUCCHESI, M. A. S. Municipal Institution of Higher Education in the State of São Paulo and Political Changes in Brazil. In: **European Conference on Educational Research, 2010**, Helsinki. European Educational Research Association c/o Freie Universität Berlin, network 23. Berlin : European Educational Research Association c/o Freie Universität Berlin, 2010. p. 1-18

Políticas Públicas para a Educação Superior no contexto Sul-Americano: convergências e transformações na passagem do século. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**^{JCR}, v. 23, p. 513-528, 2007.

_____ **A universidade no limiar do III milênio: desafios e tendências**. São Paulo: Leopoldianum, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1979.